

ASCENSÃO CHINESA – PRINCIPAIS ASPECTOS QUE ESTÃO LEVANDO A CHINA A SE TORNAR A POTÊNCIA DO SÉCULO XXI

Rafael Andrade Antunes¹

Leonardo Mèrcher²

RESUMO

Quais foram os fatores que permitem que a China se destacasse atualmente no cenário econômico? Essas são algumas das principais perguntas que se fazem, analisando a evolução chinesa nos últimos anos. Com o mundo cada vez mais modernizado e globalizado, muitas pessoas se impressionam como um país pode crescer tanto em relação a outro, em um momento em que seria relativamente difícil obter um crescimento elevado, devido à instabilidade econômica no âmbito internacional. O objetivo desse trabalho é apresentar os principais aspectos de crescimento chinês, apresentando pontos que auxiliem no maior entendimento de tamanho desenvolvimento. Os conceitos utilizados abordam temas como economia, abertura de mercado, mão de obra barata, entre outras. Coletamos todos os dados importantes sobre o país e visualizamos os cenários macro e microeconômico através de análise documental. Tem como base teórica pensadores tal como Giovanni Arrighi entre outros. Caracteriza-se pelo método de pesquisa exploratória e qualitativa, bem como pelo levantamento teórico, documental, histórico e bibliográfico.

Palavras-Chaves: China. Ascensão. Potência Mundial. Economia. Século XXI.

INTRODUÇÃO

Situada no continente asiático, a China é o terceiro maior país em extensão territorial do mundo, com aproximadamente 9,5 milhões de quilômetros quadrados. Tem um grande litoral de 32 mil quilômetros o que facilitou na abertura de mercado, com grandes portos sendo construídos e modernizados.

¹ Discente no curso de graduação em Relações Internacionais no Centro Universitário Internacional - UNINTER

² Professor Doutor no Centro Universitário Internacional - UNINTER

Com o passar dos tempos o termo 'potência' vem ficando em evidência, pois, estima-se um nível de destaque perante aos outros países. O período de instabilidade que atravessa a economia mundial, e o modelo de gerenciamento eficiente chinesa fez com o que o país crescesse a passos largos, assim, passou a ser visto com outros olhos. Mas para chegar ao nível atual foi preciso uma série de medidas para alavancar a quem antes era um dos países mais atrasados em um dos mais modernos. Com ascensão de encher os olhos de muitas nações, tais como investimentos na educação, capacitando à população, elevando a qualidade dos produtos lá fabricados chegando a tal ponto de ser considerado à 'fábrica do mundo', foram feitos investimentos em tecnologia, criação das ZEEs, aumento de IDE (investimento direto externo), entre outras. Isso faz com que se diferenciem dos outros.

A abertura ao comércio exterior fez com que se destacasse algumas variáveis para manter o crescimento cada vez mais alto. Dessa forma contribuindo para manter o PIB cada vez mais alto, e com uma grande melhora na qualidade dos serviços. A entrada na OMC foi um marco importante para que a China se abrisse de vez para o comércio internacional, tendo que seguir regras que buscam o melhor para um grupo de países e não apenas para o interesse próprio. Isso elevou o nível na qualidade dos serviços prestados, dessa forma proporcionando ganho para a população, que ainda sofre com a burocracia encontrada no país.

A modernização traz consigo problemas a serem resolvidos, como os processos energéticos renováveis, assim como a diminuição da emissão de CO², que vem impactando cada vez mais na temperatura do planeta. Assim como melhorar os serviços básicos da população e também diminuir o índice de corrupção no país. Os ciclos hegemônicos refletem a importância que cada potência teve no desenvolvimento de uma próxima. A cada ciclo que se encerra nasce uma nova hegemonia, com novas tendências e melhorias a serem seguidas pelas demais nações

Este trabalho consiste em realizar um estudo sobre o desenvolvimento chinês em destaque no cenário econômico mundial no século XXI. Apresentando conceitos, definições e ferramentas necessárias para o desenvolvimento econômico de uma nação, caracterizando-se pelo método de pesquisa

exploratória e qualitativa, bem como pelo levantamento teórico se baseando em autores tal como Arrighi, documental, histórico e bibliográfico, para que fique de fácil entendimento para as pessoas, que esse modelo de gestão não funcionaria em outros países.

O artigo estrutura-se em seis setores. Em um primeiro momento será apresentado um panorama sobre o Ascensão chinesa, como definição e aspecto que fazem de uma nação uma potência. Em um segundo momento, será abordado as principais variáveis do crescimento chinês. Já o terceiro, apresenta as como sucedeu a entrada da China na OMC. No quarto setor será apresentado o papel da China na economia global. No quinto setor será abordado os impactos e desafios da China para os próximos anos. Por fim, no sexto e último momento, será feita uma breve apresentação dos Ciclos Hegemônicos e seus efeitos sobre a China.

A ASCENSÃO

O início do século XXI trouxe consigo diversas mudanças no cenário econômico. Um mercado que antes era dominado pelo EUA, se viu obrigado a olhar com outros olhos, quem antes era considerado uma das nações mais atrasadas do mundo.

Com um crescimento elevado chegando próximo a 10% ao ano, proveniente das medidas tomadas na década de 70, fizeram com a China seja considerada a potência do século. Mas qual seria a definição do termo potência?

Uma grande potência não se define por características absolutas, abstraídas de um contexto e de um tempo, e sim por sua comparação com outras nações em dada conjuntura. Poder não apenas se mede no âmbito de uma relação entre indivíduos ou entidades distintas, o próprio conceito de “poder” pressupõe a existência dessa interação. No que se refere à política, não há poder sem relacionamento, sem interação, seja ela real ou potencial. (LYRIO, 2010, p 29).

Segundo Cunha e Acioly (2009) A ascensão de uma nova potência estaria quase sempre associada ao declínio de outra, de modo que, recorrentemente, a

guerra acabou sendo o desaguadouro das tensões provocadas pelo choque entre Ascendentes e decadentes.

Um passo importante para o desenvolvimento chinês com um foco direcionado para o mercado externo, na qual se teve um aumento considerável, impulsionados por investimentos na infraestrutura dos grandes centros comerciais, assim facilitando a ida e vinda dos produtos negociados. Sendo atualmente um dos principais atores no comércio internacional.

Outro ponto de destaque foi a modernização da indústria, que teve um investimento e tecnologia capaz de se produzir “praticamente tudo”, com uma mão de obra barata, e cada vez mais qualificada. Dessa forma deu início a empresas multinacionais “caseiras”, com padrão de qualidade das grandes empresas mundo a fora, mas com o diferencial de ter uma produção com preço inferior, que acaba gerando um lucro maior.

PRINCIPAIS ASPECTOS DO CRESCIMENTO CHINÊS.

As medidas executadas no século passado foram de extrema importância para o que hoje é considerada a potência do século, devido a alguns aspectos que fizeram a diferença e que tem influencia diretamente no modo como se pensa a questão do crescimento econômico.

Segundo Nonnenberg et al. (2009) alguns fatores foram determinantes para a virada de jogo chinesa, na qual tivemos o início do desenvolvimento industrial destacam alguns fatores.

As reformas da década de 70 foram importantes para o desenvolvimento econômico chinês, na qual foi investimento para modernizar e alavancar a produção industrial. Com um grande foco na indústria pesada, como a produção de aço, alumínio, impulsionado pelas grandes oportunidades de lucro. Esse setor foi de extrema importância, expandindo portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, com o intuito de modernizar as cidades, dessa forma facilitando o comércio internacional, assim dando origem ao seu modelo exportador.

A criação das ZEEs (zonas econômicas especiais) alavancou as exportações, pois, as mesmas recebiam incentivos fiscais e uma política cambial diferenciada, afim expandir seu comércio rapidamente.

O desenvolvimento industrial da China contou com duas importantes vantagens geográficas. Em primeiro lugar, a proximidade com Hong Kong inspirou a criação de quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), em 1980, em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Todas as quatro ZEEs são localizadas no litoral sul, sendo que as duas primeiras situam-se quase ao lado de Hong Kong e Macau e, as duas últimas, relativamente próximas. Nessas ZEEs, passaram a ser concedida diversas isenções fiscais. (NONNENBERG et al., 2009)

A localização das ZEEs foi pensada estrategicamente devido a situação econômica de Hong Kong que acumulou capital, com o desenvolvimento do comércio e finanças, e recentemente outros segmentos. Essa proximidade permitiu o deslocamento da produção industrial para a China, aumentando assim os contatos comerciais com o resto do mundo. Os bons resultados obtidos nessas áreas incentivaram o governo chinês a criar mais 14 ZEEs nos mesmos moldes, ao longo do litoral.

A sua mão de obra baixa foi somada a fatores como, a disponibilidade de capital, capacidade gerencial, e proximidade cultural, fruto dos investimentos nas primeiras ZEEs, sendo que um funciona como complemento da outra. A abundância na oferta de mão de obra com qualificação baixa mantém os salários baixos. Outra coisa que contribui para o custo baixo é a hierarquia e disciplina que proíbe a criação de sindicatos, dificultando assim a pressões por aumentos salariais. A ausência de leis trabalhistas que controlem a jornada de trabalho, além do fato de muitos trabalhadores serem temporários vindos de zonas rurais, que mantém os valores baixos pagos por lá.

A capacidade de a China atrair investimentos estrangeiros não se esgota nos incentivos e vantagens desfrutados pelas EMNs nas ZEEs. No curto prazo, o baixo custo de mão-de-obra e uma taxa de câmbio desvalorizada propiciam elevada rentabilidade ao capital externo, especialmente aquele voltado às exportações. A produção dirigida ao mercado externo goza de isenção de impostos de importação para matérias-primas, peças e componentes. Assim, as EMNs – especialmente as do setor de eletrônicos e comunicações, que representam grande parte das exportações chinesas- podem instalar, na China, as etapas finais da produção, aproveitando s peças e componentes produzidos pelas filiais localizadas nos países vizinhos. No longo prazo, o tamanho absoluto do mercado chinês e,

especialmente, seu potencial de crescimento constituem um atrativo importante ao investimento. (NONNENBERG et al., 2009)

A ausência de proteção à propriedade intelectual de certa forma ajudou no processo de criação das EMNs (empresas multinacionais) domésticas, pois necessitavam de um sócio local. Esses sócios apropriavam-se de todo o conhecimento transferido do exterior para produzir e negociar os produtos por conta própria com preços inferiores. Marcas famosas de vários segmentos, como confecções artigos de couro e perfumaria sem os pagamentos devidos de royalties. A saída que as EMNs encontraram foi importar partes e peças, ao invés de produzir tudo na China com a intenção de dificultar a pirataria.

A atração por IDE (investimento direto externo) tem sido devido ao fato da grande estabilidade e previsibilidade das políticas macroeconômicas chinesas. O controle da inflação é um ponto de destaque que os governantes estão conseguindo manter um equilíbrio. A fim de ter uma receita extra, tem-se vendido propriedades para investidores privados. Apesar de ter que indenizar as pessoas afetadas pela venda, a carga tributária baixa acabando sendo um fator que equilibra os valores investidos nas aquisições dos terrenos. Em contrapartida as vendas, a China consegue controlar suas finanças públicas com essas receitas adicionais, e se diferencia dos países ocidentais pelo fato de um gasto previdenciário, educação, bem-estar social e cultura sempre reduzida se comparado.

Ao que nos indica Nonnember et al (2009) as altas taxas de poupança chegam a serem superiores a 40% do PIB. Atribuídas por sua sociedade extremamente rigorosa quando o assunto é poupar. Isso seria de certa forma uma sabedoria oriental, que orientaria os indivíduos e empresas a serem cautelosos quanto ao futuro. A razão pelo que se poupa tanto é, a necessidade de financiar a aposentadoria, o sistema previdenciário, gastos com educação e saúde que o governo na maioria das vezes não cobre o que na maioria das sociedades é pago através dos tributos. A poupança, mas empresas é feito devido ao fato de que em sua grande maioria não se distribuem os dividendos, assim tendo mais recursos para investir. A parte que cabe ao governo acaba tendo gastos menos, pois os gastos básicos são em grande parte financiados

pela economia de seus próprios contribuintes, sendo assim, acaba realizando grandes investimentos governamentais. Com o dinheiro que se acumula devido a altas taxas de poupança, é possível ter um custo de capital baixo, possibilitando investimentos a construção civil, impulsionada pela grande urbanização.

Os salários flexíveis fazem com que não seja necessário a aceleração da inflação para reduzir os salários. Existem hoje muitos trabalhadores no campo, com rendimentos baixos. Isso faz com que o deslocamento de alguns trabalhadores do campo para a zona urbana mantenha os salários reduzidos, principalmente entre os menos qualificados. Com o câmbio desvalorizado, apesar do aumento das reservas internacionais, contribui para o aumento das exportações.

Apesar de ser muito difícil de se avaliar quantitativamente, a formação de preços por mecanismos de mercado – substituindo o sistema em que os preços eram determinados pelo Governo Central – teve importância crucial para o crescimento da economia chinesa. Atualmente, no “socialismo de mercado com características chinesas”, apenas preços de serviços públicos, como água, energia, transporte, combustíveis e poucos outros são fixados pelo governo. (NONNENBERG et al., 2009)

Após passar por essas reformulações a China começou a sua caminhada rumo ao topo. Para isso, na próxima seção apresenta-se um pouco sobre a entrada da China na OMC.

A ENTRADA NA OMC

A China foi um dos participantes iniciais do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) em 01 de Janeiro de 1948, na qual se criaram acordos disciplinadores do comércio internacional. Posteriormente o GATT foi substituído pela OMC (Organização Mundial do Comércio) criada em janeiro de 1995, após várias rodadas de negociação. Em julho de 1995 a China obteve o status de observador da OMC. Após negociar com outros membros a sua adesão a organização. Finalmente em 11 de dezembro de 2001, a China se tornou oficialmente o 143º membro da OMC.

A entrada na OMC trouxe consigo mudanças irreversíveis no sistema econômico chinês. As velhas políticas estão tendo que ser abandonadas. As novas práticas fazem com que a China lide com uma concorrência interna, pois nesse período abriu a entrada de bancos estrangeiros, que antes eram todos estais 100% controlados pelo governo. Isso obrigou a criação de novos produtos financeiros e serviços, aumento da eficiência e transferência, consequência da entrada de bancos estrangeiros.

Segundo Cunha e Acioly (2009) as principais exigências para a entrada na OMC vêm sendo cumpridas, uniformizando os tratamentos tributários, barreiras tarifárias menores, garantia de permissões para o comércio atacadista e varejista no mercado interno, e no comércio exterior, reduzindo a produção do setor estatal, garantindo a propriedade intelectual, modernizando o sistema financeiro e ampliando o setor de serviços.

O governo assumiu as obrigações do Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMs), que proíbe medidas de investimento que violam o Princípio da Não Discriminação, do Artigo III do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), e o Princípio da Proibição de Restrições Quantitativas, referente ao Artigo XI do acordo. O acordo TRIMs vis, desta forma, eliminar políticas que estimulem a incorporação de insumos locais no processo produtivo ou que vinculem a importação de uma firma a uma quantidade correspondente de suas exportações. No entanto, apesar das mudanças adotadas, diversas práticas chinesas continuam a distorcer o comércio internacional. Leis regulamentações na China ainda estimulam a transferência de tecnologia, os subsídios à exportação e o uso de insumos locais. Isso se dá, por exemplo, quando tais elementos são diferenciais para a aprovação de um investimento externo ou para a realização de empréstimos por um banco chinês... (CUNHA; ACIOLY, 2009)

Ainda segundo Cunha e Acioly (2009) as manobras chinesas, fizeram ligar o alerta nos membros da OMC. Em 2006 a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional (CRDN) lançou um plano de cinco anos para regular o investimento externo. Nesse plano destacam-se medidas para proteger a economia nacional e estimular seu avanço tecnológico, assim como aumentar a capacidade energética sem causar problemas ambientais, introduzindo também um controle fiscal mais rígido para empresas estrangeiras.

Tais medidas vêm sendo importante para a regulamentação e a internacionalização da economia chinesa, que apesar de maquiar as leis em certo ponto, está conseguindo em sua grande maioria seguir os padrões de

exigência propostos pela OMC. Dessa forma o país acaba se tornando uma peça importante no comércio internacional, com seu grande fluxo de importação e exportação, aumentando assim a confiabilidade em seus negócios com as grandes economias maduras.

PAPEL DA CHINA NA ECONOMIA GLOBAL

Com a forte participação de IDE e a abertura para o comércio exterior, elevaram a China a outro patamar, sendo uma peça importante na transição de bens entre os grandes países, que em sua grande maioria produzem e exportam para os chineses apenas produtos intermediários, ficando a China a responsável pelo produto final, que por sua vez é negociado com as grandes economias industrializadas. Esse sistema de entregar os produtos já acabados aos grandes centros consumidores faz com que se desenvolvam as empresas multinacionais.

Segundo Ciseski (2008) a entrada no cenário mundial converteu a dinâmica Norte-Sul em concorrência Sul-Sul com as multinacionais, ocasionando assim uma queda nos padrões de competição, consequentemente causando conflito entre os países em desenvolvimento com o objetivo de ganhar competitividade.

Ainda como diz Ciseski (2008) o deslocamento de comércio produzido pelas exportações chinesas, gera uma constante preocupação, pois influencia diretamente a recuperação dos países industrializados.

O país foi de extrema importância no período de crise, fornecendo produtos com preços mais baixos, auxiliando no controle da inflação global. Também de certo modo colaborou para que as taxas de juros se mantivessem baixas no EUA, adquirindo títulos do Tesouro americano.

IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E DESAFIOS

O forte vínculo que a China mantém as economias mais avançadas faz com que suas atividades econômicas, mais precisamente comerciais, sejam diretamente afetadas, tendo o governo o papel de equilibrar as contas nas

regiões com baixo nível de importações, estimulando assim o investimento em infraestrutura e serviços.

A quebra do Banco Lehman Brothers em setembro de 2008, resultado da forte crise financeira internacional refletiu sobre a economia do país. Houve uma desaceleração na demanda mundial, principalmente nos países desenvolvidos, ocasionando uma grande queda nas importações e exportações chinesa, atingindo regiões como o Japão e Coreia do Sul.

A contratação da demanda externa resultou em desaceleração do crescimento do país, de 14,2% em 2007 para 9,6% em 2008 e 9,2% em 2009. A crise também afetou a entrada líquida de capitais estrangeiros, que caiu de 4,6% do PIB em 2007 para 2,3% em 2009, bem como a demanda de crédito, cujo estoque de operações, que vinha encolhendo desde 2003, encolheu ainda mais 7% do PIB, de 2007 para 2008. (CISESKI 2008)

O governo teve que elevar os gastos sobre o PIB, para compensar a demanda externa líquida que se encontrava negativa. Houve nesse período um estímulo fiscal, como uma alternativa para combater a crise. Sempre que necessário, poderá haver novos estímulos para manter as contas controladas. Isso pode influenciar nas finanças públicas e nos investimentos.

Outra medida para retomar o crescimento foi o forte estímulo creditício, porém em consequência disso elevou o risco de desequilíbrio no sistema financeiro e de formação de bolha no mercado imobiliário.

Essas medidas buscaram impedir que o impacto da crise financeira internacional, de certa forma atrapalhasse o momento de maior destaque chinês. Com seu crescimento impressionante e seu com suas exportações em grande escala, assim evitando um período de ociosidade.

O desenvolvimento acelerado trouxe consigo alguns pontos negativos a serem analisados. A ausência de um sistema de proteção à propriedade é um dos principais problemas, as esferas governamentais a quem caberia tomar certas atitudes para manter o controle da situação, é na maioria das vezes inutilizável. Os produtos das grandes empresas que aqui investem, sofrem muito com a pirataria elevada, fazendo com novos investimentos externos fiquem cada vez mais escassos.

Os processos relacionados à população, como serviços públicos e acesso a financiamentos, são muito burocráticos devido à alta corrupção vivida no país, sendo inclusive sendo considerado um dos países mais corruptos do mundo.

“Em um ranking internacional, o país obtém uma posição muito ruim em relação a inúmeros indicadores, incluindo qualidade da governança, capacidade regulatória, transparência, estabilidade política, prevalência da voz e accountability (responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados)”. (GUIMARAES 2012)

Segundo Guimarães (2012), a preservação de monopólios e o forte controle estatal implicam em produtividade baixa e atraso em alguns setores. O protecionismo regional, que proíbem a compra de produtos, venda de matérias-primas e saída de capital com regiões não locais. A pouca força do Executivo, faz com que existam conflitos entre o governo central e os governos locais.

Um grande desafio se dá no setor financeiro. O setor se direciona na maior parte a empresas estatais, que investem abruptamente em negócios poucos rentáveis. “O fácil acesso ao crédito, a grande capacidade de regulação tende a enfraquecer o modelo econômico, podendo acarretar crises econômicas e financeiras que colocariam em risco os avanços econômicos e sociais” (GUIMARAES 2012).

A dificuldade em manter a desigualdade social e taxa de pobreza baixa, apesar da forte redução após a década de 70. Após a entrada da China na OMC e de maior atenção social, foi o período de queda mais forte ao combate à pobreza, bem como as desigualdades ocasionadas pela criação das ZEEs e incentivos nas zonas costeiras. As pessoas mais pobres não conseguem nem ao menos pagar pelos serviços básicos, ou quando os tem por meio do governo são de baixa qualidade.

Os riscos ambientais é outra parte em que a China tem que melhorar. Devido ao as características do modelo de crescimento, o país necessita de uma grande quantidade de energia, que provêm em sua maioria de dependentes de carvão para produzi-la com isso gerando. Isso implica em um fluxo crescente de CO2 emitido. Para resolução de tal problema, o governo está estimulando o desenvolvimento de fonte de energia limpas.

CICLOS HEGEMÔNICOS E SEUS EFEITOS SOBRE A CHINA.

Ao que nos indica Arrighi (1996), o conceito de “hegemonia mundial”, se refere a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, instituído em determinado período. Apesar disso, o governo de um sistema de Estado soberano sempre teve influência quanto as transformações, que alterou substancialmente o modo de funcionamento do sistema.

As hegemonias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca por poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestadual é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles. (ARRIGHI 1996)

Segundo Arrighi (1996) o sistema capitalista é baseado em Estados com grande pressão hierárquica, que limitam as ações dos demais países. Para a existência de ciclos sistêmicos de acumulação capitalista, em que verificam-se e um ciclo de natureza material, assim aumento o fluxo do comércio entre os países, e outro de característica financeira dando ênfase a liquidez mundial. No decorrer da história o mundo sofreu muitas transformações, com países alternando a “liderança”, e influenciando cada vez mais as nações menos favorecidas. Arrighi (1996) identificou que ocorreram quatro ciclos hegemônicos ao longo do tempo, sendo eles o ciclo italiano, o holandês, o britânico e o americano.

O ciclo italiano aconteceu na Idade Média, e foi marcado pelo domínio das rotas de comércio asiáticas, que fizeram com que as Cidades de Florença, Gênova, Milão e Veneza, tivessem um grande destaque. Devido a acordos de

cooperação comercial. Segundo Lobato, Amin (2015), o estímulo a atividade bancária naquela época fez com que se desenvolvesse um sistema refinado de gestão de finanças, aproveitando estruturas de acumulação mais flexíveis, mantendo o capital excedente em estado de liquidez. Isso fez com que Gênova tivesse papel importante nas finanças europeias, se dedicando a exploração comercial, enquanto seus parceiros se encarregavam com a gestão de guerra. “O divisor de águas entre a perda da proeminência genovesa no setor das altas finanças e a ascensão holandesa foi a guerra da independência holandesa, da qual a Espanha Imperial (um de seus principais aliados) saiu enfraquecida.

O ciclo holandês aperfeiçoou os pontos que deram certos no ciclo italiano, e adicionaram um comércio restrito de suprimentos, sendo assim importante para os países em guerra. Arrighi (1996) ainda diz que as principais diferenças do modelo genovês e o holandês, foi que no holandês começou eles começaram a internacionalizar os custos de produção. Nesse período foi criada a Bolsa de Valores de Amsterdã e companhias de navegação. Com o grande sucesso alcançado na Holanda, os demais países começaram a usar formas variadas de mercantilismo, ocasionando assim no declínio do sistema comercial holandês, assim como a aniquilação do poder naval holandês na Guerra de Independência Americana, passando dessa forma o posto para Londres como líder na economia mundial europeia, dando assim origem a um novo ciclo.

Os sucessos britânicos na expansão marítima aumentaram a pressão sobre as nações na Europa continental para se manterem à altura do crescente poder mundial da Grã-Bretanha. Mas esses sucessos também forneceram à Grã-Bretanha os meios necessários para administrar o equilíbrio de poder na Europa continental a fim de manter seus rivais ocupados perto de casa. Com o tempo, esse círculo virtuoso/vicioso colocou a Grã-Bretanha numa posição em que ela pôde eliminar da expansão marítima todos os seus concorrentes e, ao mesmo tempo, tornar-se senhora incontestável do equilíbrio de poder na Europa (ARRIGHI, 1996, P.51).

Segundo Lobato, Amin (2015) o início da Primeira Guerra Mundial fez com que os custos do imperialismo comessem a superar os lucros, assim começando a desestabilizar o império inglês. Arrighi (1996, p. 179) nos diz que: “mesmos antes do desmantelamento do império, contudo o colapso do padrão

ouro no que se refere a libra esterlina, em 1931, marcou a crise terminal de dominação britânica sobre o capital do mundo”.

Lobato, Amin (2015) nos dizem que os EUA mesclaram as lógicas territorialistas e capitalistas. Fatores posição geográfica, abundância em recursos naturais, e medidas como manter o mercado interno fechado aos produtos estrangeiros, mas aberto ao capital, transformaram o país no principal beneficiário do imperialismo de livre comércio britânico. Se tornaram hegemônicos após restaurar as regras do tratado de Westfália, se aproveitando dos desgastes das grandes potências europeias envolvidas em conflitos. Neste período, o sistema Bretton Woods elevou o valor do dólar no sistema financeiro internacional, sendo usado como moeda de troca equiparada ao ouro. A ascensão de blocos econômicos, e a consolidação da Ásia na economia mundial, fizeram com que os EUA perdessem força, podendo assim, ter seu ciclo encerrado.

A China por si só vem desfrutando de sua forte influência na economia mundial, com vários acordos, e seu sistema de produção elevado e com custo baixo, assim se tornando na fábrica do mundo, com poder de negociação maior do que as outras nações. Em razão que uma nação se torna uma potência hegemônica quando alcançadas metas ambiciosas de padrões de crescimento juntamente com o aumento do PIB, e a pela recente abertura da china ao comercio internacional, bem como os investimentos estatais em infraestruturas e etc. evidenciam que o grande país asiático possui as características que a podem tornar na próxima potência hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise dos padrões de uma potência em gestação, que desponta com um crescimento médio de 10% a.a. Além disso, também permitiu o estudo aprofundado dos principais aspectos do crescimento chinês, que foram os propulsores para ascensão do país.

De um modo geral, a ascensão chinesa colhe frutos de medidas tomadas na década de 70, que fizeram o país sair de um isolamento, com seu mercado restrito, para se tornar um dos principais importadores e exportadores do mundo. Fatores como a abertura ao mercado internacional, a criação das ZEEs, o aumento de IDE, o desenvolvimento da indústria, a alta taxa de poupança, entre outros, fazem a China colher bons frutos, assim deixando boas expectativas para continuar crescendo.

Ao se fazer um estudo minucioso sobre o crescimento chinês, constatou-se que o país se aproveitou dos regimentos internos, e das oportunidades deixadas por outros países. Assim sendo uma peça importante no comércio entre as nações mais maduras, sendo o intermediário, pois importava os produtos inacabados e já entregava a mercadoria final aos grandes centros. Dessa forma ganhando visibilidade internacional.

A entrada na OMC em 2001 foi um passo dado em direção ao futuro de grandes oportunidades. Pois a China passou a seguir os padrões internacionais, dessa forma, obtendo um grau de confiança maior. A organização também lhe propôs o aumento da qualidade, da tecnologia e no atendimento, devido à inserção de empresas e bancos estrangeiros com excelência nesses aspectos localizados em várias partes do mundo.

E por fim, esse crescimento trouxe consigo desafios a serem solucionados, como a diminuição da desigualdade social e a taxa de pobreza, o desenvolvimento de um plano energético eficiente com um baixo nível de degradação do meio ambiente. Além disso, a desburocratização de serviços básicos a população, transformando a imagem que hoje se tem, que é de uma das nações mais corruptas do mundo.

Se baseando na teoria de Giovanni Arrighi, a tendência é que a China se torne a principal candidata ao posto de potência hegemônica, dado o seu desempenho econômico recente, superior as grandes potências. A sua abertura econômica, investimentos em infraestrutura e alta tecnologia, estão possibilitando um rápido e grande crescimento do PIB do país. Dessa forma tendo como destaque nesse ciclo, com seu grande ciclo de produção aliado ao PIB cada vez maior.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Marco Antonio Tourinho – **Economia chinesa para principiantes** – Disponível em:

<http://www.em.ufop.br/chinabrasil/EconomiaChinesaParaPrincipiantes.pdf>

Acessado em: 10/07/2017.

CISESKI, Pedro Paulo – **China: Milagre econômico e desafios pós-crise financeira internacional** – IPEA. **Boletim de economia e política internacional**, n 10, abr./jun. 2012. P 71-87. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4553/1/BEPI_n10_china.pdf

Acessado em: 10/07/2017.

LYRIO, Maurício Carvalho – **Ascensão da China como Potência: Fundamento políticos internos** – Disponível em:

[Ascensao da China como Potencia A.pdf](#) Acessado em 10/07/2017

ACYOLI, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **As Relações Bilaterais Brasil – China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil**. IPEA, Brasília, n. 85, p.1-18, 08 abr. 2011. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6889/1/Comunicados_n85_Relac%C3%A7%C3%B5es_bilaterais.pdf Acessado em 10/10/2017

VIEIRA, Flávio Vilela. **China: crescimento econômico de longo prazo**. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 26, n. 3, p.401-424, set. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000300005&script=sci_arttext&tling=pt. Acessado em 10/10/2017

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul**. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 18, n. 3, p.513-546, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n3/v18n3a04>. Acessado em 10/10/2017

NONNENBERG, Marcelo Braga et al. **O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A COMPETITIVIDADE CHINESA**. IPEA, Rio de Janeiro, n. 1333, p.1-32, abr. 2008 - Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1487/1/TD_1333.pdf. Acessado em 10/10/2017

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **O CICLO RECENTE DE CRESCIMENTO CHINÊS E SEUS DESAFIOS**. Observatório da Economia Global: Textos Avulsos, N. I n. 3, p.1-23, jun. 2010. Disponível em http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/OBSERVATORIO_3.pdf

Acessado em 15/10/2017

Pautasso, Diego, **A ECONOMIA CONTINENTAL CHINESA E SEU EFEITO GRAVITACIONAL**. *Revista de Sociologia e Política* [en linea] 2011, 19 (Noviembre-Sin mes): Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/238/23821153005.pdf> Acessado em 15/10/2017

CARDOSO JUNIOR, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. 2. Ed. Brasília: IPEA, 2009. 343-365 p. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3250/1/livro02_trajetoriasrecentes.pdf#page=344 Acessado em 15/10/2017

OURIQUES, Helton Ricardo, VIEIRA, Pedro Antonio and ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira. **As conseqüências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista: o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a64.pdf> Acessado em 15/10/2017

VIOLA, Eduardo; LIMA, Jean. **Desafios para a ascensão chinesa no Sistema Internacional de Hegemonia das Democracias de Mercado**. *Carta Internacional*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 116-136, jun. 2013. ISSN 2526-9038. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/117/71>. Acessado em: 03/11/2017.

OURIQUES, Helton Ricardo, VIEIRA, Pedro Antonio and ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira. **As conseqüências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista: o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300064&lng=en&nrm=abn>. Acessado em 31/10/2017

. 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.** 5. ed. Binghamton: Unesp, 1996. Acessado em 15/11/2017.

LOBATO, Luisa Cruz; AMIN, Mario Miguel. **Estado-nação e hegemonia no século XX sob a perspectiva da teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi.** Revista de Geopolítica, N. I, v. 6, n. 1, p.1-23, jan. 2015. Semestral. Disponível: em <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/127/127>. Acessado em 15/11/2017.